

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2009 DA DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2009 DA DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS	-
<i>Dispõe sobre o detalhamento da Resolução Normativa - RN nº 186, de 2009, e da RN nº 254, de 2011, que dispõem, respectivamente, sobre portabilidade de carências e sobre adaptação e migração de contratos; e implementa a compatibilidade dos produtos e a faixa de preços para fins de portabilidade de carências e de migração.</i>	<i>Dispõe sobre o detalhamento da Resolução Normativa - RN nº 186, de 2009, e da RN nº 254, de 2011, que dispõem, respectivamente, sobre portabilidade de carências e sobre adaptação e migração de contratos; e implementa a compatibilidade dos produtos e a faixa de preços para fins de portabilidade de carências e de migração.</i>	-
O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os artigos 1º e 3º; e os incisos XXIV, XXVIII e XXXII do artigo 4º e II do artigo 10, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso I, alínea "a" e o artigo 29, inciso I, do Anexo I, da Resolução Normativa nº 81, de 3 de setembro de 2004, e pelos artigos 3º; 13, § 1º; 22; 23, inciso I; 33; e 37, o Anexo II, da Resolução Normativa nº 100, de 3 de junho de 2005, e o artigos 3º, § 1º e 14 da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, resolve:	O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os artigos 1º e 3º; e os incisos XXIV, XXVIII e XXXII do artigo 4º e II do artigo 10, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso I, alínea "a" e o artigo 29, inciso I, do Anexo I, da Resolução Normativa nº 81, de 3 de setembro de 2004, e pelos artigos 3º; 13, § 1º; 22; 23, inciso I; 33; e 37, o Anexo II, da Resolução Normativa nº 100, de 3 de junho de 2005, e o artigos 3º, § 1º e 14 da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, resolve:	-
<u>CAPÍTULO I</u> DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	<u>CAPÍTULO I</u> DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	-
Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por objeto o detalhamento da Resolução Normativa nº 186, de 2009, e da Resolução Normativa nº 254, de 2011, que dispõem, respectivamente, sobre portabilidade de carências e sobre adaptação e migração; e a implementação da compatibilidade dos produtos e a faixa de preços para fins de portabilidade de carências e de migração.	Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por objeto o detalhamento da Resolução Normativa nº 186, de 2009, e da Resolução Normativa nº 254, de 2011, que dispõem, respectivamente, sobre portabilidade de carências e sobre adaptação e migração; e a implementação da compatibilidade dos produtos e a faixa de preços para fins de portabilidade de carências e de migração.	-
<u>CAPÍTULO II</u> DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	<u>CAPÍTULO II</u> DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	-
Seção I Do Prazo de Permanência para a Portabilidade		Exclusão
Art. 2º Em contratos adaptados à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, de planos contratados anteriormente à 1º de janeiro de 1999, o prazo de permanência previsto no inciso II do artigo 3º da RN nº 186, de 2009, será contado a partir da data da adaptação.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (§8º do art. 3º)
Art. 3º Para comprovação do prazo de permanência disposto no inciso II do artigo 3º da RN nº 186, de 2009, admite-se qualquer documentação hábil, tais como:		Exclusão. Transposto para a RN 186 (inciso II do art. 8º)
I - cópia da proposta de adesão;		
II - contrato assinado;		
III - comprovantes de pagamento do período; ou		
IV - declaração emitida pela operadora do plano de origem.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (§§ 3º e 4º do art. 8º)
Parágrafo único. Para efeito do inciso II do artigo 3º da RN nº 186, de 2009, considera-se plano de origem o produto ao qual o beneficiário esteja vinculado no momento imediatamente anterior ao exercício da portabilidade.		
Seção II Dos Aspectos Operacionais Gerais da Portabilidade	Seção I Dos Aspectos Operacionais Gerais da Portabilidade de Carências	Renumeração da Seção
Art. 4º Para efeito do artigo 4º da RN nº 186, de 2009, consideram-se custas adicionais a cobrança de quaisquer acréscimos diversos das condições normais de comercialização de um plano de saúde.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (parágrafo único do art. 4º)
Art. 5º Caso o beneficiário não possua a documentação prevista no art. 8º da RN nº 186, de 2009, este poderá solicitá-la à operadora do plano de origem, que deverá atendê-lo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do pedido, observando-se o disposto no art. 4º da RN nº 186, de 2009.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (§§ 3º e 4º do art. 8º)
Parágrafo único. A operadora do plano de origem, quando solicitada em seu Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, deverá informar a data da inclusão do beneficiário ao plano de saúde, o número do registro da operadora e o número do registro do produto contratado pelo beneficiário, devendo também constar estas informações expressamente na documentação expedida para atendimento ao disposto no caput.		
Art. 6º Deverão constar do boleto de pagamento dos beneficiários de planos individuais e familiares as seguintes informações:	Art. 6º Deverão constar do boleto de pagamento dos beneficiários de planos individuais e familiares as seguintes informações:	-
I – número do registro da operadora;	I – número do registro da operadora;	-
II – número do registro de produto na ANS ou código do plano no Sistema de Cadastro de Planos Antigos – SCPA;	II – número do registro de produto na ANS ou código do plano no Sistema de Cadastro de Planos Antigos – SCPA;	-

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
III – valor da contraprestação pecuniária especificado por beneficiário do plano, discriminando as tarifas bancárias, coberturas adicionais contratadas em separado, multa, juros, e quaisquer outras despesas acessórias; e	III – valor da contraprestação pecuniária especificado por beneficiário do plano, discriminando as tarifas bancárias, coberturas adicionais contratadas em separado, multa, juros, e quaisquer outras despesas acessórias; e	-
IV – data da contratação ou, da inclusão do beneficiário ou, da adaptação, em caso de plano anterior à 1º janeiro de 1999.	IV – data da contratação ou, da inclusão do beneficiário ou, da adaptação, em caso de plano anterior à 1º janeiro de 1999.	-
Seção III Da Vigência do Contrato do Plano de Destino no caso da Portabilidade		Exclusão
Art. 7º O início da vigência do contrato do plano de destino torna extinto o vínculo do beneficiário com o plano de origem, nos termos do art. 11 da RN n.º 186, de 2009 e do art. 8º desta Instrução Normativa.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (art. 11)
§ 1º O contrato do plano de origem vigorará até as 24 horas do dia anterior ao início da vigência do contrato do plano de destino.		
§ 2º O contrato do plano de destino entrará em vigor imediatamente após a extinção do contrato do plano de origem.		
§ 3º A operadora do plano de destino deve notificar a data do início da vigência do novo contrato à operadora do plano de origem no prazo previsto no parágrafo 2º do art. 11 da RN n.º 186, de 2009, por quaisquer meios hábeis à certificação do recebimento, enviando cópia da proposta de adesão do plano de destino assinada pelo beneficiário.		
§ 4º A operadora do plano de origem deve adotar como fim da vigência do contrato a data prevista no parágrafo 3º.		
Art. 8º A proposta de adesão do plano de destino deverá conter uma cláusula em que conste a manifestação expressa do beneficiário em extinguir seu vínculo com o plano de origem, sob a condição de que a operadora de destino aceite a referida proposta de adesão nos termos do art. 11 da RN n.º 186, de 2009.		
§ 1º Na hipótese do artigo 6º, § 2º da RN n.º 186, de 2009, caso o proponente seja beneficiário titular de contrato familiar, a cláusula, tratada no caput, extingue apenas o seu vínculo de beneficiário, mantendo-se o mesmo na condição de responsável financeiro, para fins desta Instrução Normativa, e preservando-se os demais vínculos do contrato do plano de origem, salvo se um ou mais dependentes optar pelo disposto no § 1º do artigo 3º da RN n.º 195, de 2009.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (art. 14)
§ 2º A assinatura de proposta com cláusula de extinção do vínculo de beneficiário com o contrato do plano de origem caracteriza o seu consentimento com o fim da cobertura assistencial na forma desta Instrução Normativa.		
Art. 9º Em caso de internação, suspende-se o prazo previsto no parágrafo 1º do art. 11 da RN n.º 186, de 2009 até a ciência da data da alta da internação pela operadora do plano de destino, permanecendo o vínculo do beneficiário com o plano de origem até completar a contagem do referido prazo.		
§ 1º Na hipótese do caput, a operadora do plano de origem deverá notificar o início da internação do beneficiário à operadora do plano de destino no prazo de 5 (cinco) dias a contar:		
I – do recebimento da notificação tratada no § 3º do artigo 7º; ou		
II – do conhecimento da internação, caso seja posterior ao recebimento da notificação tratada no § 3º do artigo 7º.		
§ 2º Na hipótese do caput, a operadora do plano de origem deverá comunicar a data da alta da internação do beneficiário à operadora do plano de destino no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento da referida alta, sem prejuízo da possibilidade de o beneficiário fazer esta comunicação.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (art. 11-A)
§ 3º Uma vez notificada na forma do § 2º, o prazo referido no caput volta a correr, devendo a operadora de destino notificar o beneficiário o início de vigência do novo contrato.		
§ 4º As comunicações tratadas nos parágrafos 1º e 2º deverão ser realizadas por quaisquer meios hábeis à certificação do recebimento.		
Art. 10 Até que o vínculo contratual do plano de origem seja extinto, o beneficiário deverá pagar regularmente a sua contraprestação pecuniária.		
Art. 11 A última contraprestação pecuniária do plano de origem deverá ser proporcional ao número de dias de cobertura do serviço.		
Parágrafo único. A operadora deverá adotar a cobrança pro-rata para a última contraprestação pecuniária ou, a devolução das diferenças pagas a maior, conforme o caso.		

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
Art. 12 Na hipótese do § 2º do artigo 6º da RN nº 186, de 2009, não poderá haver o recálculo do valor da contraprestação pecuniária dos beneficiários que permanecerem no contrato, sendo admitida apenas a exclusão de eventuais descontos, desde que estejam expressamente previstos em contrato, referentes a cada vínculo extinto.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (§3º do art. 6º)
Seção IV Das Faixas de Preço Calculadas a partir das Notas Técnicas de Registro de Produto para fins de Portabilidade e Migração	Seção II Das Faixas de Preço calculadas a partir das Notas Técnicas de Registro de Produto para fins de Portabilidade de Carências e Migração	Renumeração da Seção
Art. 13. Os valores da coluna T das Notas Técnicas de Registro de Produto serão categorizados em cinco faixas de preço, por tipo de contratação, que serão calculadas a partir da sua distribuição estatística.	Art. 13. Os valores comerciais informados nas Notas Técnicas de Registro de Produto serão categorizados em seis faixas de preço, por tipo de contratação.	Alteração. Substituição dos termo "valores da conluna T" por "valores comerciais"
	§1º Os valores das quatro primeiras faixas de preço serão calculados com base na distribuição dos valores comerciais dos planos em quintis.	Inclusão de parágrafos para mostrar como são definidas as faixas de preço.
	§2º O valor inicial da quinta faixa de preço será o 80º percentil da distribuição dos valores comerciais dos planos.	
	§3º O valor inicial da sexta faixa de preço será o 95º percentil da distribuição dos valores comerciais dos planos.	
Art. 14 Os valores dos planos de origem e de destino serão enquadrados em uma das cinco faixas de preços obtidas na forma do art. 13.	Art. 14 Os valores dos planos de origem e de destino serão enquadrados em uma das seis faixas de preços obtidas na forma do artigo 13 desta Instrução Normativa.	-
§ 1º Para os planos com registro de produto em situação "ativo", os valores tratados no caput serão extraídos da Nota Técnica de Registro de Produto - NTRP (Coluna T do Anexo II-B da Resolução de Diretoria Colegiada nº 28, de 26 de junho de 2000), considerando a faixa etária que, estatisticamente, melhor reflita a equivalência entre os planos, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.	§ 1º O enquadramento do plano de origem em uma das faixas de preço será baseado no valor pago pelo plano, de acordo com a idade do beneficiário.	Alteração do texto. O enquadramento se dará prioritariamente pelo valor pago pelo plano
§ 2º Para os planos de origem com contratos adaptados ou, cujo registro de produto esteja em situação "ativo com comercialização suspensa", ou cujo registro de produto esteja em situação "ativo" e que a regulamentação não exija o envio de NTRP, o enquadramento em uma das faixas de preço será de acordo com o valor do boleto bancário e com a idade do beneficiário, na forma do artigo 16 desta Instrução Normativa.	§ 2º Além do enquadramento disposto no §1º deste artigo, para os planos com registro de produto em situação "ativo", será também enquadrado em uma faixa de preço o valor comercial do plano extraído da sua Nota Técnica de Registro de Produto - NTRP (Coluna T do Anexo II-B da Resolução de Diretoria Colegiada nº 28, de 26 de junho de 2000), considerando o valor da faixa etária dos 44 (quarenta e quatro) a 48 (quarenta e oito) anos.	Alteração do texto. O enquadramento também irá considerar o valor da NTRP
§ 3º Na consulta para fins de migração, em se tratando de contrato de plano celebrado até 1º de janeiro de 1999, e não adaptado, o enquadramento em uma das faixas de preço será realizado de acordo com o resultado da adição de 20,59% (vinte vírgula cinquenta e nove por cento) sobre o valor da contraprestação pecuniária informado, e de acordo com a idade do beneficiário, na forma do artigo 16-A desta Instrução Normativa.	§ 3º Na consulta para fins de migração, em se tratando de contrato de plano celebrado até 1º de janeiro de 1999, e não adaptado, o enquadramento em uma das faixas de preço será realizado de acordo com o resultado da adição de 20,59% (vinte vírgula cinquenta e nove por cento) sobre o valor da contraprestação pecuniária informado, e de acordo com a idade do beneficiário.	-
§ 4º A ANS poderá, de acordo com as atualizações da NTRP, recalcular as faixas de preço, com o consequente reenquadramento dos planos, quando for o caso.	§ 4º A ANS poderá, de acordo com as atualizações da NTRP, recalcular as faixas de preço, com o consequente reenquadramento dos planos, quando for o caso.	-
	§5º Após os enquadramentos disciplinados nos §§ 1º e 2º deste artigo, será considerada a maior faixa de preço em que o plano de origem foi enquadrado para fins do exercício da Portabilidade de Carências.	Inclusão. Será considerada a faixa de preço mais vantajosa ao beneficiário
	§6º O valor pago pelo plano de saúde tratado no §1º deste artigo não deve considerar as tarifas bancárias, as coberturas adicionais contratadas em separado, multas, juros, ou quaisquer outras despesas acessórias.	Reposicionamento do §1º do artigo 16
	§7º Será considerada somente a faixa de preço do titular do contrato para comparação com a faixa de preço do plano de destino, ou caso o vínculo do titular esteja extinto, a faixa de preço do beneficiário de mais idade.	Reposicionamento do §2º do artigo 16
	§8º Em caso de remissão, para fins de enquadramento do plano de origem em uma faixa de preço tratada no caput deste artigo, deverá ser considerado o valor da mensalidade que o beneficiário estaria pagando se não estivesse em gozo do período de remissão.	Inclusão. Remissão
Art. 15. Quando o registro de produto do plano de origem estiver "ativo", sua faixa de preço será comparada com a faixa de preços do plano de destino, conforme relatório válido entregue na data da assinatura da proposta de adesão ao último, nos termos do artigo 19 desta Instrução Normativa, ressalvado o disposto no <i>caput</i> do artigo 16.		Exclusão
Art. 16. Quando o contrato do plano de origem for adaptado, ou quando o seu registro de produto estiver em situação "ativo com comercialização suspensa", ou cujo registro de produto esteja em situação "ativo" e que a regulamentação não exija o envio de NTRP, o valor da contraprestação pecuniária, constante do último comprovante de pagamento entregue pelo beneficiário no plano de origem, será enquadrado em uma faixa de preço, de acordo com a faixa etária do beneficiário, e esta faixa de preço será comparada com a faixa de preço do plano de destino.		Exclusão

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
§1º Do valor do comprovante de adimplência tratado no caput, deverão ser excluídas as tarifas bancárias, coberturas adicionais contratadas em separado, multa, juros, e quaisquer outras despesas acessórias.		
§ 2º Será considerada somente a faixa de preço do titular do contrato para comparação com a faixa de preço do plano de destino, ou caso o vínculo do titular esteja extinto, a faixa de preço do beneficiário de mais idade.		
Art. 16-A Na consulta para fins de migração, em se tratando de contrato de plano celebrado até 1º de janeiro de 1999, e não adaptado, o valor da contraprestação informada pelo beneficiário será acrescido de 20,59% (vinte vírgula cinquenta e nove por cento), com vistas ao enquadramento em uma faixa de preço, de acordo com a faixa etária do beneficiário, e esta faixa de preço será comparada com a faixa de preço do plano de destino.		Exclusão. Transposto para a RN 254 (art. 15-A)
§ 1º O valor da contraprestação deverá ser informado excluindo-se as tarifas bancárias, coberturas adicionais contratadas em separado, multa, juros, e quaisquer outras despesas acessórias.		
§ 2º Será considerada somente a faixa de preço do titular do contrato para comparação com a faixa de preço do plano de destino, ou caso o vínculo do titular esteja extinto, a faixa de preço do beneficiário de mais idade.		
Art. 17 Para os planos exclusivamente odontológicos considera-se na mesma faixa de preços o plano de destino cuja contraprestação pecuniária seja menor ou igual à contraprestação pecuniária do plano de origem, não se aplicando o disposto neste capítulo.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (§7º do art. 3º)
§ 1º A contraprestação pecuniária tratada no caput será o somatório das contraprestações pecuniárias dos beneficiários que exerceram a portabilidade de carências.		
§ 2º Aplica-se à portabilidade de carências entre planos exclusivamente odontológicos as disposições do parágrafo 1º do art. 16 desta Instrução Normativa, no que couber.		
Art. 17-A Na migração, no que se refere aos planos exclusivamente odontológicos, considera-se na mesma faixa de preço o plano de destino cuja contraprestação pecuniária seja menor ou igual ao resultado da adição de 20,59% (vinte vírgula cinquenta e nove por cento) sobre o valor da contraprestação pecuniária do plano de origem.		Exclusão. Transposto para a RN 254 com outra regra (§4º do art. 15)
§ 1º A contraprestação pecuniária tratada no caput será o somatório das contraprestações pecuniárias dos beneficiários que exerceram a migração.		
§ 2º Aplica-se à migração entre planos exclusivamente odontológicos as disposições do parágrafo 1º do artigo 16-A desta Instrução Normativa, no que couber.		
Seção V Da Consulta aos Planos Enquadrados em Tipo Compatível para fins de Portabilidade e de Migração	Seção III Da consulta aos planos compatíveis para fins de Portabilidade de Carências e de Migração	Renumeração da Seção e adequação do título
Art. 18. O beneficiário poderá consultar os planos compatíveis, para fins de portabilidade ou de migração, em aplicativo a ser disponibilizado no sítio eletrônico da ANS na internet, devendo informar, dentre outros, os seguintes dados do plano de origem:	Art. 18. O beneficiário poderá consultar os planos compatíveis, para fins de portabilidade ou de migração, no Guia ANS de Planos de saúde disponível na página da ANS na internet, devendo informar, dentre outros, os seguintes dados do plano de origem:	Adequação da redação
I – o número do registro de produto na ANS, caso tenha sido contratado após 01/01/1999;	I – o número do registro de produto na ANS, caso tenha sido contratado após 01/01/1999;	-
II – o código do Sistema de Cadastro de Planos Antigos – SCPA, caso tenha sido contratado antes de 01/01/1999 e adaptado;	II – o código do Sistema de Cadastro de Planos Antigos – SCPA, caso tenha sido contratado antes de 01/01/1999 e adaptado;	-
III - a sua idade e o valor da contraprestação pecuniária nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do artigo 14, no artigo 16 e no artigo 16-A desta Instrução.	III - a sua idade e o valor pago pelo plano de saúde.	Adequação da redação
§ 1º Considera-se valor da contraprestação pecuniária:	§ 1º Considera-se valor pago pelo plano de saúde:	-
I - na hipótese de plano individual ou familiar, a quantia correspondente ao respectivo beneficiário; e	I - na hipótese de plano individual ou familiar, a quantia correspondente ao respectivo beneficiário; e	-
II - na hipótese de plano coletivo por adesão, a soma da parcela paga pelo beneficiário à parcela paga pela pessoa jurídica contratante, ou a quantia paga pelo beneficiário caso pague integralmente, ou a quantia paga pela pessoa jurídica contratante do plano coletivo caso pague integralmente, quando for o caso.	II - na hipótese de plano coletivo, a quantia correspondente ao respectivo beneficiário, considerando a soma da parcela paga pelo beneficiário e da parcela paga pela pessoa jurídica contratante, quando for o caso.	Alteração do texto. Exclusão do termo "por adesão" para abarcar todos os planos coletivos e adequação de redação
§ 2º Caso o beneficiário necessite de algum esclarecimento sobre a consulta ou, não tenha acesso à internet, poderá entrar em contato com a ANS.	§ 2º Caso o beneficiário necessite de algum esclarecimento sobre a consulta ou, não tenha acesso à internet, poderá entrar em contato com a ANS.	-
Art. 19. O aplicativo tratado no artigo 18 emitirá relatório contendo o plano enquadrado, na data da consulta, em tipo compatível para a portabilidade de carências ou para a migração, conforme o caso.	Art. 19. O Guia ANS de Planos de saúde tratado no artigo 18 desta Resolução emitirá relatório contendo o plano compatível, na data da consulta, para a portabilidade de carências ou para a migração, conforme o caso.	Adequação da redação
§ 1º Para fins de compatibilização entre os planos, o relatório previsto no caput terá validade até as 24 horas do dia posterior à sua emissão, devendo ser aceito pela operadora do plano de destino se apresentado dentro deste prazo.	§ 1º O relatório previsto no caput terá validade de 5 (cinco) dias a partir da sua emissão, devendo ser aceito pela operadora do plano de destino se apresentado dentro deste prazo.	Alteração do prazo de 24h para 5 dias
§ 2º A apresentação do relatório extraído do aplicativo com as informações sobre o plano enquadrado em tipo compatível é requisito para o exercício da portabilidade de carências e da migração.	§ 2º A apresentação do relatório extraído do aplicativo com as informações sobre o plano compatível é requisito para o exercício da portabilidade de carências e da migração.	-

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
§ 3º Na impossibilidade de impressão do relatório pelo beneficiário, a operadora do plano de destino deverá imprimi-lo.	§ 3º Na impossibilidade de impressão do relatório pelo beneficiário, a operadora do plano de destino deverá imprimi-lo.	-
§ 4º A apresentação do relatório tratado no caput não dispensa o beneficiário do atendimento a todos os requisitos previstos na RN n.º 186, de 2009, ou na RN n.º 254, de 2011, conforme o caso, e nesta Instrução Normativa.	§ 4º A apresentação do relatório tratado no caput não dispensa o beneficiário do atendimento a todos os requisitos previstos na RN n.º 186, de 2009, ou na RN n.º 254, de 2011, conforme o caso, e nesta Instrução Normativa.	-
Art. 19-A. Quando o plano de origem não for localizado na consulta tratada nos artigos 18 e 19 desta Instrução, o beneficiário poderá protocolizar solicitação na ANS, que deverá estar instruída com documentação que comprove o atendimento aos requisitos de compatibilidade para exercício da portabilidade de carências, conforme previsto nos §§ 3º a 6º do artigo 8º da RN n.º 186, de 2009.		Exclusão. Transposto para a RN 186 (art. 8º-A)
§ 1º A solicitação deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:		
I - cópia do contrato;		
II - cópia de documento que contenha o número do registro de produto na ANS ou código do Sistema de Cadastro de Planos Antigos - SCPA, para planos adaptados, com o respectivo comprovante da adaptação;		
III - cópia da carteira de identidade; e		
IV - Procuração com firma reconhecida, se for feita mediante procurador.		
§ 2º Na ausência dos documentos indicados nos incisos I e II do § 1º, serão buscadas as informações contidas nas bases de dados da ANS para atendimento à solicitação.		
§ 3º Na ausência dos documentos tratados nos incisos III e IV do § 1º e caso a busca tratada no § 2º não indique o plano contratado pelo beneficiário, será expedido Ofício para que este complemente a documentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, sob pena de indeferimento.		
§ 4º Após a juntada da documentação prevista nos incisos do § 1º, será realizada uma consulta ao módulo de portabilidade de carências do aplicativo tratado no artigo 18.		
§ 5º Caso a consulta tratada no § 4º permita a localização do plano de origem do beneficiário, será expedido Ofício orientando que este faça nova consulta ao módulo da portabilidade de carências do aplicativo tratado no artigo 18 e procure a operadora escolhida no prazo previsto nos §§ 4º e 5º do art. 8º, ambos da RN n.º 186, de 2009.		
§ 6º Após a realização da consulta tratada no § 4º, não ocorrendo a hipótese do § 5º, será realizada uma consulta ao módulo geral do aplicativo tratado no artigo 18, com a informação do tipo de contratação e a segmentação assistencial do produto contratado pelo beneficiário.		
§ 7º O resultado da consulta será encaminhado ao beneficiário solicitante em anexo ao Ofício previsto no § 4º do artigo 8º da Resolução Normativa n.º 186, de 2009.		
§ 8º O procedimento previsto nesse artigo poderá ser realizado pela Gerência-Geral Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos e pelos Núcleos da ANS.		
V - cópia do documento de cobrança;		Exclusão. Transposto para a RN 254
VI - demonstrativo da participação financeira da pessoa jurídica, se for o caso; e		
VII - relatório emitido pelo aplicativo tratado no artigo 18, indicando a não localização do plano de origem.		
Art. 19-B. Quando o plano de origem não for localizado na consulta para fins da migração tratada nos artigos 18 e 19 desta Instrução, o beneficiário poderá protocolizar solicitação na ANS, que deverá estar instruída nos termos do § 1º, do artigo 17, da RN n.º 254, de 2011, e ainda com os seguintes documentos:		
I - cópia do contrato;		
II - cópia de documento que contenha o número do registro de produto na ANS ou código do Sistema de Cadastro de Planos Antigos - SCPA;		
III - cópia da carteira de identidade;		
IV - procuração com firma reconhecida, se for feita mediante procurador;		
V - cópia do documento de cobrança;		
VI - demonstrativo da participação financeira da pessoa jurídica, se for o caso; e		
VII - relatório emitido pelo aplicativo tratado no artigo 18, indicando a não localização do plano de origem.		
§ 1º Na ausência dos documentos indicados nos incisos I e II do caput, serão buscadas as informações contidas nas bases de dados da ANS para atendimento à solicitação.		
§ 2º Na ausência dos documentos tratados nos incisos III e IV do caput e caso a busca tratada no § 1º não indique o plano contratado pelo beneficiário, será expedido Ofício para que este complemente a documentação no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de indeferimento.		

Norma Original	Proposta de Alteração	Justificativa
§ 3º Após a juntada da documentação prevista nos incisos do caput, será realizada uma consulta ao módulo de migração do aplicativo tratado no artigo 18.		
§ 4º Caso a consulta tratada no § 3º permita a localização do plano de origem do beneficiário, será expedido Ofício orientando que este faça nova consulta ao módulo da migração do aplicativo tratado no 18.		
§ 5º Após a realização da consulta tratada no § 3º, não ocorrendo a hipótese do § 4º, será realizada uma consulta ao módulo geral do aplicativo tratado no artigo 18, com a informação do tipo de contratação, da segmentação assistencial e do valor da contraprestação do produto informado pelo beneficiário.		
§ 6º O resultado da consulta será encaminhado ao beneficiário solicitante conforme previsão do caput do artigo 17 da RN n.º 254, de 2011.		
§ 7º O procedimento previsto nesse artigo poderá ser realizado pela Gerência-Geral Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos e pelos Núcleos da ANS.		
<u>CAPÍTULO III</u> DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	<u>CAPÍTULO III</u> DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	-
Art. 20 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 20 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.	-